

Endividamento e irresponsabilidade

Governadores e prefeitos, em geral, não contiveram gastos nem cuidaram da administração

ROLF KUNTZ

Para quem ama o perigo, nada mais natural que endividar-se a custo crescente para pagar ou rolar uma dívida. Para quem não teme o suicídio, nada melhor que endividar-se para pagar uma dívida e usar o dinheiro para outra despesa. Mas governadores e prefeitos, em geral, não são suicidas. Fim do mandato, deixam a bomba para o sucessor. Se o risco cresce muito durante o mandato, arranjam ajuda federal.

Isso mostra como foi possível acumular precatórios e outros débitos a juros cada vez maiores. Estados e municípios deviam em setembro R\$ 46,65 bilhões só de empréstimos levantados

com títulos. A dívida cresceu num ano 39,9%, descontada a inflação.

À primeira vista, governadores e prefeitos parecem ter crédito invejável no mercado. Nada mais falso. A maior parte desses papéis, R\$ 33,07 bilhões, estava no Banco Central.

Para o socorro, o BC guarda os títulos municipais e estaduais e emite papéis de sua responsabilidade, mais aceitáveis no mercado. Em julho de 1994, esses papéis equivaliam a R\$ 3,1 bilhões de hoje. Esse valor já foi multiplicado por dez. As ajudas têm sido vinculadas a compromissos de austeridade. O resultado tem sido o endividamento crescente.

Houve uma grande operação de socorro em 1988. Os constituintes autorizaram o parcelamento de precatórios e a emissão de papéis. Alguns precatórios podem ter sido pagos, mas a dívida continuou a crescer. Uma suspeita cresceu nos últimos dias: o dinheiro arranjado com a emissão de tí-

tulos foi usado para outras despesas. O assunto ainda vai ser investigado, mas um ponto, pelo menos, está fora de dúvida: houve esforço de ajuste em alguns Estados e municípios, mas, de modo geral, governadores e prefeitos não contiveram os gastos e não cuidaram da administração.

Neste ano, até agosto, o déficit primário estadual e municipal chegou a 0,88% do Produto Interno Bruto (PIB). Há um ano correspondia a 0,15%. Essa conta não inclui as despesas de juros. É descontrole de gastos comuns. A Constituição de 1988 aumentou o poder de tributação de Estados e municípios, além de ampliar as transferências de recursos federais. Nem por isso as contas se equilibraram. Descobrir como foi usado o dinheiro obtido para os precatórios pode ensinar algo útil sobre controles administrativos e políticos. Mas nada ensinará de novo sobre irresponsabilidade financeira.